

RELATO FINANCEIRO



Índice

Introdução

1. A contabilidade

2. Conceito de Relato Financeiro

3. Normalização Contabilística

4. O POC vs Relato Financeiro

5. As Demonstrações Financeiras

Índice

6. As DF's e os seus objectivos
7. Utilizadores da Informação Financeira
8. Características qualitativas da informação financeira
9. Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA)
10. Características do modelo de relato financeiro actual
11. Evolução previsível do modelo de relato financeiro
12. O Balanço (II)

A CONTABILIDADE

Resenha Histórica da Contabilidade

Contabilidade e controlo patrimonial

Contabilidade e sistema de informação:

- Qual é a composição do património?
- Qual o seu valor actual?
- Quanto valia no início do ano?
- Quais as principais alterações?
- Provocadas por que actividades?
- Que produtos e actividades geram mais lucro?

A CONTABILIDADE – Prefácio da Estrutura Conceptual para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras (IASB)

Necessidades comuns da maioria dos utentes:

- Decidir quando comprar, deter, ou vender um investimento em capital próprio;
- Avaliar a condução ou responsabilidade da gestão;
- Avaliar a capacidade da empresa de pagar e proporcionar outros benefícios aos seus empregados;
- Avaliar a segurança das quantias emprestadas à empresa;
- Determinar os lucros distribuíveis e os dividendos;
- Preparar e usar as estatísticas do rendimento nacional;
- Determinar as políticas fiscais;
- Regulamentar as actividades das empresas.

CONCEITO

Acto ou efeito de relatar; Relação; Descrição; Narração

Relatar significa “fazer o relato de; narrar; referir; fazer o relatório de; mencionar;”

Como relatar? Haverá normas? Haverá regras? POC? DC? IAS/IFRS (NIC)? CSC? CRC? CVM? CIRC?

Relato Financeiro

(José R. Braz Machado, in Contabilidade Financeira)

“A expressão engloba geralmente:

- as Demonstrações de Resultados Líquidos, Funcional e por Naturezas;
- a Demonstração da Posição Financeira;
- a Demonstração de fluxos de caixa;
- as Notas Anexas (às demonstrações anteriores);
- o Relatório do Conselho de Gerência;
- o Relatório do Conselho Fiscal;
- a Certificação do Contabilista Revisor”.

NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

- a) à definição de um quadro de contas e respectiva nomenclatura a ser seguida pelas diferentes unidades económicas;
- b) à definição do âmbito ou conteúdo, regras de movimentação, bem como as inter-relações entre as diversas contas;
- c) à concepção dos diversos mapas para as demonstrações financeiras;**
- d) à definição de regras uniformes sobre a forma de avaliar os elementos patrimoniais e determinação dos resultados de cada período.

NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

NACIONAL:

CNC - Comissão de Normalização Contabilística

INTERNACIONAL:

IASB – International Accounting Standard Board

FEE - Fédération des Experts Comptable Européens

UE – União Europeia

IOSCO – Confederação das Bolsas Mundiais

NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Estrutura do POC:

1. Introdução;
2. Considerações Técnicas;
3. Características da Informação Financeira;
4. Princípios contabilísticos;
5. Critérios de valorimetria;
6. Balanço;
7. Demonstrações dos Resultados;

NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Estrutura do POC:

8. Anexo ao balanço e às demonstração dos resultados:

Ex-9. Origem e aplicação de fundos –Eliminada em 2003

9 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

10. Quadro de contas;

11. Código de contas;

12. Notas explicativas;

13. Normas de consolidação de contas;

14. Demonstrações de contas consolidadas.

NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Directrizes Contabilísticas:

Objectivos

- Complementar o POC

- Interpretar o POC

Publicadas 29 D.C.

O POC vs RELATO FINANCEIRO

O POC não se refere a relato financeiro, mas sim a demonstrações financeiras – o que tem um âmbito mais limitado

Item 3.1. do POC: “As demonstrações financeiras devem proporcionar informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam úteis a investidores, a credores e ...

O POC vs RELATO FINANCEIRO

A responsabilidade pela preparação da informação financeira e pela sua apresentação é primordialmente das administrações.

Os utentes estarão tanto melhor habilitados a analisar a capacidade da empresa de gerar fundos, com oportunidade e razoável segurança, quanto melhor forem providos de informação que foque a posição financeira, os resultados das operações e as alterações naquela posição

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (POC e DC)

- Balanço
- Demonstração dos resultados por naturezas
- Demonstração dos resultados por funções
(ver também D.C. 20/97)
- Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstração da origem e aplicação de fundos – Eliminada em 2003
- Demonstração dos fluxos de caixa (ver também D.C. 14/93)
- Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

AS DF'S E SEUS OBJECTIVOS

Ponto 3.1. do POC:

“As demonstrações financeiras devem proporcionar informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam úteis a investidores, a credores e a outros utentes, a fim de investirem racionalmente, concederem crédito e tomarem decisões; contribuem assim para o funcionamento eficiente dos mercados de capitais”.

Relevância das Opções Contabilísticas

Importância Das Demonstrações Financeiras

- ☞ Afectam a distribuição da riqueza
- ☞ Afectam o grau de formação do capital na economia
- ☞ Afectam o acesso aos capitais públicos disponíveis
- ☞ Afectam a evolução das cotações
- ☞ Afectam o valor do dispêndio de busca de informação pelos agentes

O “PARADIGMA DA UTILIDADE”

Objectivos das DF's (POC - Capítulo 3 – Características da Informação Financeira – item 3.1 – Objectivos)

As DF devem proporcionar informação acerca de:

- Posição financeira (Balanço)
- Alteração desta (DF caixa)
- Resultados operações (DRF e DRN)

Para que:

Sejam **úteis** a:

- Investidores
- Credores
- Outros utentes

Paradigma da utilidade

A fim de investirem racionalmente, concederem crédito e tomarem outras decisões

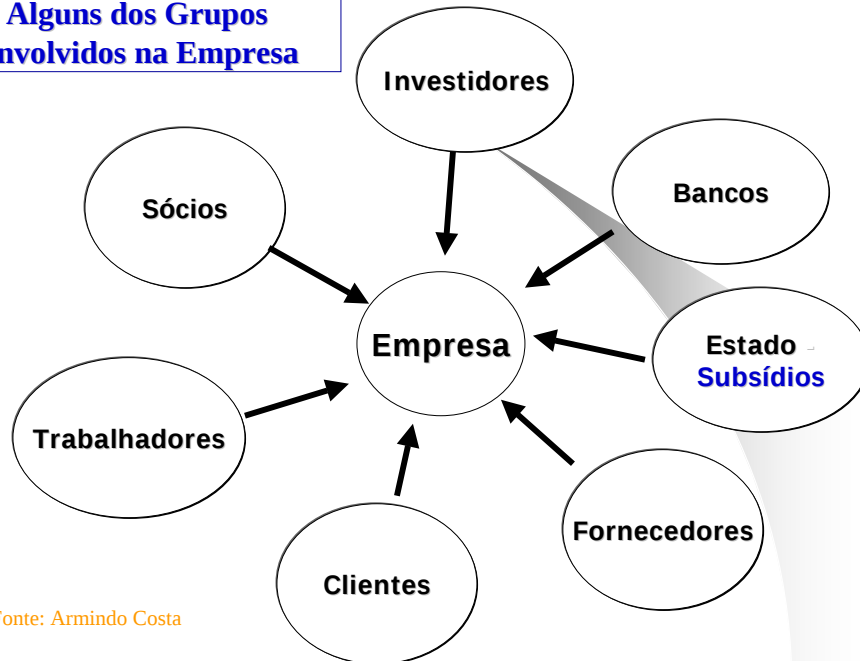
E contribuirão para o funcionamento do mercado de capitais

O “PARADIGMA DA UTILIDADE” (cont.)

- O POC enfatiza a utilidade para a decisão dos investidores e para o mercado de capitais
- É essa a realidade empresarial nacional?
 - Em 2001:
 - Cerca de 99% apresentaram um volume de negócios inferior a 5.000.000 euros num universo de 290.000 empresas
 - 73% das empresas têm menos de 5 trabalhadores
 - 84% com Volume de Negócios < 500.000 euros
 - Mais de 2/3 apresentam prejuízos

MICRO-EMPRESAS E PERDEDORAS

**Alguns dos Grupos
Envolvidos na Empresa**



Fonte: Armindo Costa

Estrutura conceptual do IASB – Utentes da IF

Investidores

Empregados

Mutuentes

Fornecedores e outros credores comerciais

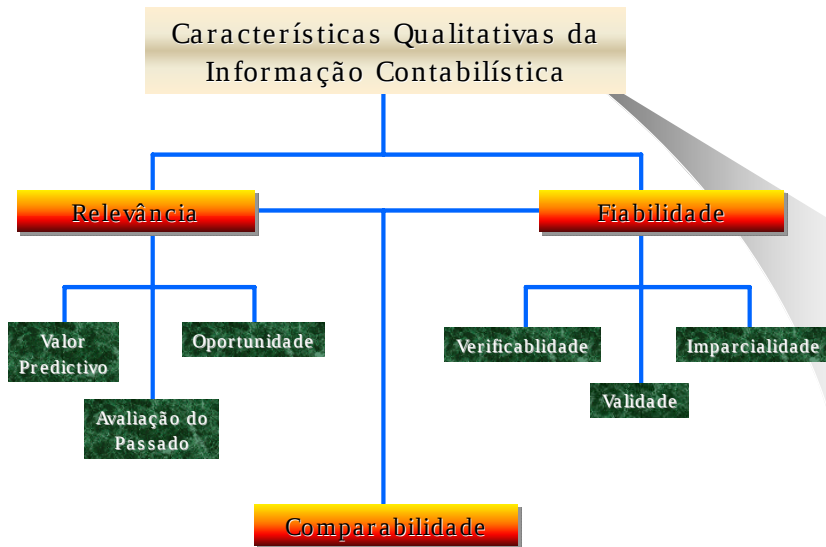
Clientes

Governos e seus departamentos

Público

Ver a Estrutura conceptual (texto de apoio 1)

Características Qualitativas da Informação Contabilística



Armindo Costa

RELEVÂNCIA

“Qualidade que a informação tem de **influenciar as decisões** dos seus utentes, ou ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações”

FIABILIDADE

“Qualidade que a informação tem de estar liberta de erros materiais e de juízos de valor (i.e., informação neutra, ausente de preconceitos), ao mostrar apropriadamente o que tem por finalidade apresentar ou se espera que razoavelmente represente, podendo, por conseguinte, dela depender os utentes”

COMPARABILIDADE

“A divulgação e a quantificação dos efeitos financeiros de operações e outros acontecimentos devem ser registados de forma consistente pela empresa e durante a sua vida, para identificarem tendências na sua posição financeira e nos resultados das suas operações”

Estrutura conceptual IASB

Características qualitativas das DF's

Compreensibilidade (rapidamente compreendida)

Relevância

- Materialidade

(influenciar as decisões económicas dos utentes)

Fiabilidade

- Representação fidedigna
- Substância sobre a forma
- Neutralidade
- Prudência
- Plenitude

Comparabilidade (no espaço e no tempo)

Conflito entre características da IF

- Informação fiável ou informação relevante, ainda que com o risco de ser menos fiável?
- Recentemente algumas alterações normativas internacionais privilegiam o critério do justo valor em detrimento do conceito do custo histórico – a informação pode perder alguma fiabilidade, mas ganhará certamente mais relevância;
- Ver IAS 16 – Activos fixos; IAS 19 – Benefícios de reforma; IAS 37 – Provisões; IAS 38 – Activos intangíveis; IAS 39 – Instrumentos financeiros; IAS 40 – propriedades de investimento; IAS 41 – Agricultura;

Relato Financeiro – Código dos Valores Mobiliários

Art.º 7.º - Qualidade da Informação

A informação dos emitentes que seja susceptível de influenciar as decisões dos investidores deve ser:

Completa
Verdadeira
Actual
Clara
Objectiva
Lícita

Relato Financeiro – Código dos Valores Mobiliários

COMPLETA: quando não omitir informação essencial para o investidor ou o potencial investidor

VERDADEIRA: quando coincida com a realidade dos factos, situações, circunstâncias, valores ou perspectivas que se destina a reflectir, não induzindo em erro

ACTUAL: quando, tendo-se verificado acontecimentos significativos após a data da sua elaboração, ela seja alterada ou complementada pela respectiva divulgação

Relato Financeiro – Código dos Valores Mobiliários

CLARA: quando o seu conteúdo seja de fácil apreensão e entendimento

OBJECTIVA: quando os juízos de valor estejam suficientemente apoiados em factos comprovados ou em relações necessárias ou comprovadamente existentes entre esses factos

LÍCITA: Quando seja preparada em conformidade com as leis, normas e regulamentos

Informação financeira cada vez mais extensa e diversificada

A contabilidade deve desenvolver documentos compreensíveis e que contenham toda a informação relevante que por sua vez deverá ser tão simples ou tão complexa quanto o convenha ao utente da mesma.

Mas, como satisfazer tantos interesses diversificados, sem introduzir enviesamento na informação prestada? – Aperfeiçoando e desenvolvendo os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA).

Princípios Contabilísticos do POC

- a) Continuidade**
- b) Consistência**
- c) Especialização**
- d) Custo Histórico**
- e) Prudência**
- f) Substância sobre a Forma**
- g) Materialidade**

Princípio da Prudência

Significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas em condições de incerteza sem, contudo permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, ou a deliberada quantificação de activos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.

Princípio da Substância Sobre a Forma

As operações devem ser contabilizadas atendendo à sua substância e à realidade financeira e não apenas à sua forma legal.

Princípio da Especialização dos Exercícios

Os Proveitos e os Custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

Princípio da Materialidade

As DF's devem evidenciar todos os elementos que sejam relevantes e que possam afectar avaliações ou decisões pelos utentes interessados.

Características do modelo de Relato Financeiro actual

Periódico

Histórico

Baseado na noção de custo

Ênfase Financeira

Informação sintética, normalizada

Auditoria das contas anual, em relatório

Evolução Previsível do Relato Financeiro

HOJE		FUTURO
Periódico	↔	Contínuo / em tempo real
Histórico	↔	Prospectivo
Baseado na noção de custo	↔	Baseado na noção de valor
Ênfase Financeira	↔	Global (incluindo informação não-financeira)
Informação sintética, normalizada	↔	Informação formatada a partir de bases de dados, adequada a cada utilizador
Auditoria das contas anual, em relatório	↔	Informação financeira validada em contínuo

Relato Financeiro Clássico versus Novo Modelo de Relato Financeiro

O relato financeiro num período de mudança		
Sistema clássico	➤	Novo sistema
Centrado nos accionistas	➤	Centrado nos utilizadores
Publicado em papel	➤	Publicado num website
Informação estandardizada	➤	Informação à medida
Informação controlada pela empresa	➤	Informação procedente de diversas fontes
Relato periódico	➤	Relato contínuo
Distribuição da informação	➤	Diálogo
Demonstrações financeiras	➤	Maior n.º de medidas de avaliação de desempenho
Rendimento passado	➤	Maior ênfase no futuro
Auditoria das demonstrações financeiras	➤	Fiabilidade do sistema de informação
Nacional	➤	Global
Sistema essencialmente estático	➤	Modelo em contínua modificação
Para cumprir as normas	➤	Para satisfazer a procura de mercado

Fonte: ICAEW – Institute of Chartered Accountants in England and Wales, 1998 (in tese de Mestrado em Contabilidade e Auditoria da Universidade do Minho intitulado "Relato Financeiro Electrónico" da autoria de Carlos Alberto Silva Menezes, Braga, Outubro de 2001) – Importado de trabalho de Joaquim Guimarães e Mário Guimarães (2004)

BALANÇO

O balanço é a demonstração contabilística por excelência;

-Divulga, devidamente agrupados e classificados, os activos, os passivos e o capital próprio.

-A Demonstração dos Resultados por Naturezas desenvolve uma das rúbricas do balanço;

BALANÇO

O POC/89 apresenta dois modelos de balanço:

-um modelo analítico, considerado como o modelo standard;

- um modelo sintético: pode ser adoptado pelas empresas mais pequenas: as que não ultrapassem dois dos três limites referidos no nº 2 do art.º 262.º do CSC.

BALANÇO – Algumas notas (I)

1. Os códigos das contas (CEE e POC), embora apresentados nos modelos do POC, não são de utilização obrigatória
2. É também dispensável a “listagem” das contas que não tem saldos (informação inútil, redução da eficiência, etc)
3. Pode ser apresentado em euros, ou milhares de euros

BALANÇO – Algumas notas (II)

4. O balanço inclui sempre informação/elementos de dois anos
5. Denominação das contas: é obrigatório seguir o estabelecido no POC
6. Assinatura: este documento deve ser assinado pelo órgão de gestão (Administração, Direcção, Gerência, Empresário), e pelo TOC

BALANÇO – Algumas notas (III)

7. Especial cuidado na distinção entre activos e passivos (contas de terceiros) – não compensação de saldos
8. Nas contas de activo apresentar os valores de activo bruto (AB), amortizações e ajustamentos (AA) e activo líquido (AL) – e apenas no ano respectivo (N)